

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

ATA DA 178ª SESSÃO ORDINÁRIA

Brasília, 23 de agosto de 2011.

1 – ABERTURA

Às 9h30 do dia vinte e três de agosto de dois mil e onze, constatado o quorum de dezessete instituições representadas, superior ao mínimo estabelecido no art. 9º do Regimento da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Comandante da Marinha e Coordenador da CIRM, Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO, declarou aberta a Centésima Septuagésima Oitava Sessão Ordinária da CIRM e aproveitou para dar as boas-vindas, em nome da Comissão, aos novos membros que estavam presente na Sessão: o Sr. JOSÉ ROBERTO GNECCO, membro titular do Ministério do Esporte; a Sra. MÁRCIA DE SOUZA PONTES, membro suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e o Sr. MAURÍCIO ARAQUAM DE SOUSA, membro suplente da Secretaria de Portos da Presidência da República. Saudou, ainda: o Embaixador ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO, membro titular do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. SÉRGIO PERDIGÃO BERNARDES, membro suplente do Ministério do Esporte; o Sr. ZICH MOYSÉS JÚNIOR, membro titular do Ministério da Saúde; o Dr. CARLOS AFONSO NOBRE e o Sr. CARLOS ALFREDO JOLY, respectivamente, membros titular e suplente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e a Sra. SASKIA FREIRE LIMA DE CASTRO, membro suplente do Ministério do Turismo, que não puderam comparecer a esta Sessão.

Membros e/ou Representantes que compareceram à Sessão:

- **Casa Civil da Presidência da República (Casa Civil/PR)**
- Dr. RODRIGO AUGUSTO RODRIGUES (Titular); e
- Sr. HUMBERTO ALVES DE CAMPOS (Suplente).
- **Ministério da Defesa (MD)**
- CMG JAILTON PEDRO TEIXEIRA DE SOUZA (Suplente).
- **Ministério das Relações Exteriores (MRE)**
- Ministro FÁBIO VAZ PITALUGA (Suplente); e
- Secretário CARLOS ROSA DA SILVEIRA (Representante).
- **Ministério dos Transportes (MT)**
- Sr. JAIRO RODRIGUES DA SILVA (Titular).

- **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**
- Sr. FRANCISCO QUIXABA (Representante).
- **Ministério da Educação (MEC)**
- Professor LUIZ EDUARDO MAIA NERY (Suplente).
- **Ministério da Saúde (MS)**
- Sra. ANA PAULA RECHE CORRÊA (Suplente).
- **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**
- Sra. MÁRCIA DE SOUZA PONTES (Suplente).
- **Ministério de Minas e Energia (MME)**
- Sr. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO (Titular); e
- Sr. DIOGO SANTOS BALEEIRO (Representante).
- **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**
- Sra. JANICE ROMAGUERA TROTTE DUHÁ (Representante); e
- Sra. CLAUDIA MARIA REZENDE DE SOUZA (Representante).
- **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**
- Dr. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS (Titular);
- Sra. ANA PAULA LEITE PRATES (Representante); e
- Sr. ROBERTO RIBAS GALLUCCI (Representante).
- **Ministério da Integração Nacional (MI)**
- CMG (RM1) JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO (Suplente).
- **Ministério do Turismo (MTur)**
- Sr. SALOMAR MAFALDO DE AMORIM JUNIOR (Representante); e
- Sra. MARCELA DE ALBUQUERQUE SOUZA (Representante).
- **Ministério do Esporte (ME)**
- Sr. JOSÉ ROBERTO GNECCO (Titular).
- **Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)**
- Sr. LUIS ALBERTO MENDONÇA SABANAY (Suplente); e
- Sra. MARIÂNGELA DE LORENZO (Representante).
- **Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR)**
- Sr. MAURÍCIO ARAQUAM DE SOUSA (Suplente).
- **Comando da Marinha (MB)**
- Contra-Almirante MARCOS JOSÉ DE CARVALHO FERREIRA (Secretário); e
- CMG RAIMUNDO MEDEIROS FILHO (Secretário-Adjunto).

2.0 - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

2.1 - Relação de documentos (Ref.: documento CIRM 178/1)

O Coordenador da CIRM deu início à Sessão, participando aos seus Membros e Representantes que o documento CIRM 178/1 relacionava todos os documentos que serviriam como referência para a reunião, enumerando-os:

- 178/2 - Portaria do Ministro de Estado da Defesa nº 2.149/2011, de 2 de agosto de 2011, que contempla a nova composição dos membros da CIRM;
- 178/3 - Agenda da 178ª Sessão Ordinária da CIRM;
- 178/4 - Uma (1) folha alterada da Ata da 177ª Sessão Ordinária da CIRM;
- 178/5 - Resolução nº 5/2011, que aprova a atualização da composição do Comitê Executivo para o Programa GOOS/Brasil;
- 178/6 - Portaria de alteração do Comitê Executivo para o Programa GOOS/Brasil;
- 178/7 - Cronograma de elaboração do VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar - VIII PSRM (2012 a 2015);
- 178/8 - Cronograma para a elaboração da proposta brasileira revisada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC); e
- 178/9 - Definição da expressão “Águas Jurisdicionais Brasileiras”.

2.2 - Adoção da Agenda (Ref.: documento CIRM 178/3)

O Coordenador da CIRM submeteu ao plenário a aprovação da Agenda Provisória da reunião (documento CIRM 178/3), encaminhada aos membros no dia 9 de agosto de 2011, com uma alteração na ordem dos assuntos abordados, devido à solicitação do MMA para antecipar o item 8.4 da Agenda passando a ser tratado logo após o item 3.1.

Não havendo qualquer manifestação por parte dos presentes, a Agenda foi aprovada com a alteração.

2.3 - Aprovação da Ata da 177ª Sessão Ordinária da CIRM (Ref.: documento CIRM 178/4)

O Coordenador da CIRM participou que a Ata da 177ª Sessão Ordinária da CIRM foi encaminhada aos Membros para apreciação, no dia 15 de julho de 2011, sendo reencaminhada em 9 de agosto de 2011, já com a alteração solicitada inserida. Essa alteração limitou-se à inserção das palavras “para prospecção e” antes da palavra “exploração” na página 12, item 4.3, linha 8 (onde se lia: ...código de exploração de crostas cobaltíferas..., leia-se: ... código **para prospecção e** exploração de crostas cobaltíferas).

Não havendo manifestação dos presentes, a Ata da 177ª Sessão Ordinária da CIRM foi aprovada.

3.0 - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

3.1 - Atualização da composição do Comitê Executivo para o GOOS/Brasil (Ref.: documentos CIRM 178/5 e CIRM 178/6)

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Contra-Almirante MARCOS JOSÉ, Secretário da CIRM, que expôs as considerações sobre o assunto.

O Comitê Executivo para o Programa GOOS/Brasil deliberou na última reunião, realizada em 4 de abril de 2011, pela inclusão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representado pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), em seu Comitê Executivo. O Comitê considerou o objetivo do Instituto - gerar informações meteorológicas confiáveis à Sociedade Brasileira e contribuir no processo de tomada de decisão, por meio do monitoramento, análise e previsão do tempo e do clima - e informou que o Dr. ANTÔNIO DIVINO MOURA, membro titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que não estava presente, foi antecipadamente consultado e se manifestou favoravelmente à participação do INMET no GOOS/Brasil.

Pelo exposto, o Comitê Executivo para o Programa GOOS/Brasil propõe a esta Comissão a inclusão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representado pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), na sua composição.

A Resolução, que aprova a inclusão, e a respectiva Portaria encontram-se nas pastas distribuídas (documentos CIRM 178/5 e CIRM 178/6).

Ao final, o Secretário da CIRM fez a leitura da Resolução nº 5/2011/CIRM.

Em seguida, o Coordenador da CIRM submeteu o assunto à apreciação do plenário, bem como a Resolução nº 5/2011/CIRM que atualiza a composição do Comitê Executivo para o Programa GOOS/Brasil e a minuta de Portaria.

O suplente da Casa Civil, Sr. HUMBERTO ALVES DE CAMPOS, perguntou se o convite fora feito e se o Instituto concordou com a participação.

O Secretário da CIRM afirmou que o convite foi feito ao Instituto, o qual se responsabilizou por tratar desta representação junto ao MAPA. Foi após esta consulta que o Comitê votou pela inclusão do Instituto.

Não havendo outra manifestação dos presentes, foi declarada aprovada a atualização da composição do Comitê Executivo para o Programa GOOS/Brasil, de acordo com os termos da Resolução nº 5/2011, da CIRM e da Portaria correspondente.

4.0 - SUBCOMISSÃO PARA O PSRM

4.1 – Prospecção e Exploração de Recursos Minerais de Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial - PROAREA

O Coordenador da CIRM passou a palavra ao representante do MRE.

O Ministro PITALUGA relatou que o Navio de Pesquisa “Marion Dufresne”, contratado ao Instituto Polar Francês, realizou duas expedições, totalizando cerca de 45 dias de mar, efetuando coleta de amostras de crostas cobaltíferas e outros recursos não vivos e vivos na Elevação do Rio Grande (ERG). Destacou que participaram cerca de 40 pesquisadores das áreas de geologia e biologia, de onze universidades brasileiras.

Prosseguiu dizendo que serão realizadas mais quatro comissões ainda este ano, também com navios fretados, para concluir a coleta de crostas cobaltíferas da ERG. Os resultados serão utilizados para elaborar a proposta brasileira de prospecção e exploração desse mineral, que deverá ser submetida à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), logo após a aprovação do respectivo Código, o que deverá ocorrer em julho de 2012. O Ministro PITALUGA informou que os recursos financeiros já estão disponibilizados e o trabalho será realizado pelo Grupo Operacional do PROAREA (GO-PROAREA), constituído por representantes do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), da SECIRM, da Diretoria de Hidrografia e Navegação - MB e da comunidade científica.

O Ministro PITALUGA relatou que, durante a última reunião da ISBA em julho deste ano, em Kingston - Jamaica, a aprovação do Código de crostas foi postergada para 2012, em função de articulações promovidas pela delegação brasileira. Dessa forma, conseguiu-se mais tempo para a preparação da nossa proposta de trabalho.

Espera-se que a proposta esteja pronta até abril de 2012, para aprovação da CIRM e posterior encaminhamento à ISBA, e, de acordo com a avaliação do Embaixador brasileiro em Kingston, não será possível adiar, uma vez mais, a aprovação do referido Código. A experiência será muito importante, pois o País passará a integrar o seletivo e restrito grupo de países que desenvolvem atividades na Área e propiciará condições para que o Brasil possa pensar em realizar exploração conjunta com outros países no Atlântico Sul.

O próximo passo desse Programa terá como objetivo a exploração de sulfetos polimetálicos ao longo da Cordilheira Meso-Atlântica e nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, cujo Código foi aprovado em 2010.

O Ministro PITALUGA finalizou seu relato informando que foram eleitos para a Comissão Jurídica e Técnica da ISBA o Dr. KAISER GONÇALVES DE SOUZA, do CPRM, e para o

Comitê de Finanças o Ministro REINALDO STORANI, do Itamaraty, o que demonstra o comprometimento cada vez maior do Brasil com a ISBA.

4.2 – Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira - REMPLAC

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MME, Dr. THALES DE QUEIROZ SAMPAIO, para complementar com informações operacionais sobre o PROAREA e relatar o REMPLAC.

O representante do MME ilustrou a expedição no Navio “Marion Dufresne” com a apresentação de um pequeno filme, feito a bordo daquele navio durante a primeira expedição. Prosseguiu dizendo que foram coletadas cerca de 10 toneladas de amostras, que estão sendo analisadas e interpretadas quanto aos aspectos geológicos e biológicos. Em consequência, o MME terá uma série de atividades com as universidades participantes das expedições, das quais serão obtidos dados que poderão subsidiar teses de mestrado e doutorado, o que, também, ajudará na elaboração da proposta para prospecção e exploração, garantindo ao País o direito de realizar atividades de pesquisa na ERG por, no mínimo, 15 anos.

O Dr. THALES comentou que o REMPLAC ficou a reboque do PROAREA, não por ter menor importância, mas pela prioridade que a Elevação possui, em função da perspectiva de aprovação do Código em 2011, o que só não ocorreu em função da atuação da delegação brasileira.

Em relação às atividades do REMPLAC, acrescentou que está sendo analisada uma proposta de trabalho de cooperação técnico-científica com o “*Institut Français de Recherche Pour l’Exploitation de La Mer (IFREMER)*” para trabalhar no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, por meio da Universidade de “*Brest*”. Seria utilizado o Navio “*L’Atalante*”, e a expedição deverá ocorrer em 2012.

O Dr. THALES prosseguiu dizendo que o MME está selecionando empresas para fretar navios a fim de realizar cerca de 150 dias de mar nos projetos que compõem o REMPLAC, ao longo do litoral das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, com início previsto para novembro de 2011.

A representante do MCTI, Sra. JANICE, cumprimentou o Dr. THALES e a equipe pelo trabalho do REMPLAC e, também, pela inclusão da pesquisa biológica, atividade do Programa BIOMAR, solicitando mais informações sobre essa importante parceria entre os dois Programas.

O representante do MME convidou o Dr. KAISER, que embarcou com os pesquisadores, para prestar esclarecimentos. O Dr. KAISER comentou que o PROAREA prevê pesquisas de

recursos minerais e biológicos simultaneamente, pois as crostas, ou qualquer outro material geológico coletado, vêm acompanhado de material biológico. Em função disso, embarcaram no “Marion Dufresne” 38 pesquisadores, dentre os quais oito biólogos, que recolheram e catalogaram todo o material biológico, colhido junto com as crostas. Esse material foi congelado e será enviado para análise das universidades que participaram do projeto, dentre as quais: Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco e UNIVALI. Os resultados serão utilizados para formular o estudo do impacto ambiental, que deve fazer parte do Plano de Trabalho a ser submetido à ISBA.

A representante do MMA, Dra. ANA PAULA, comentou que é muito importante que ocorra esta integração do BIOMAR com o PROAREA e gostaria de sugerir que se buscasse a mesma integração entre o REMPLAC e o REVIMAR, no que for possível. Prosseguiu dizendo que está ampliando o REVIMAR a fim de abordar o monitoramento dos ecossistemas.

4.3 – Consolidação e Ampliação dos Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências do Mar – PPG-Mar

O Secretário da CIRM concedeu a palavra à CMG (T) MARISE SILVA CARNEIRO que, na ausência do representante do MEC, fez um breve relato sobre as ações desenvolvidas pelo PPG-Mar no período de março a agosto de 2011. Discorreu sobre algumas ações previstas no Plano Nacional de Trabalho (PNT) do Comitê Executivo que deverão ser desenvolvidas no segundo semestre deste ano.

Sobre o PNT 2011-2014, a CMG (T) MARISE informou que a última versão desse Plano está concluída e que o documento final conterá o estado da arte do ensino da pós-graduação, da graduação e dos grupos de pesquisa, atualizado até 2010, além da avaliação dos resultados do PNT 2007-2010.

Informou, ainda, que o Portal “Ciências do Mar Brasil” está hospedado na FURG, no site www.oceanografia.furg.br/cdmb/, e foi atualizado e aperfeiçoado nesse período. De acordo com a estatística de acesso ao Portal, realizada no período de 20 de julho a 19 de agosto de 2011, este instrumento tem sido um importante meio de divulgação das Ciências do Mar. Constam no Portal as instituições de ensino do País com cursos de graduação e programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar, bem como atas de reuniões, links úteis, documentos e informações importantes relacionadas a essa área do conhecimento.

No dia 21 de junho, foi realizada a 10ª Sessão Ordinária do Comitê Executivo, para a discussão dos seguintes assuntos:

- processo de recomposição do PPG-Mar, sendo iniciada consulta à comunidade científica para a escolha de um representante da graduação e um da pós-graduação, que substituirão a metade do efetivo acadêmico com representação no Comitê; e

- participação do PPG-Mar no 3º Congresso Brasileiro de Biologia Marinha (3º CBBM), por meio de seu Coordenador, Professor LUIZ CARLOS KRUG, da FURG, que proferiu uma palestra sobre as ações e perspectivas do PPG-Mar. Durante o evento, houve o lançamento dos Anais das Atividades do Comitê Executivo durante o ano de 2010.

A CMG (T) MARISE ressaltou a participação ativa dos componentes acadêmicos do PPG-Mar nas oficinas temáticas para a elaboração do VII Plano Setorial, ocorridas de 17 a 19 de agosto, na SECIRM, além de terem encaminhado diversas sugestões para o novo documento.

Informou que o 4º Encontro de Coordenadores de Graduação e de Pós-Graduação (4ª EnCoGrad-Mar) será realizado na FURG, no período de 22 a 25 de novembro deste ano. No contexto desse evento, ocorrerão, ainda, o 2º Encontro de Empresas Juniores da Área de Ciência do Mar (2º EnCoJunior – Mar), o 1º Encontro de Editores de Periódicos da Área de Ciências do Mar (1º PeCiMar) e o 3º Workshop dos Grupos de Trabalho (GT) do PPG-Mar. Neste último, reunir-se-ão os GT Periódicos, Qualificação Docente, Experiência Embarcada, Material Didático, Empreendedorismo e Inovação. O Encontro propiciará a reunião de Coordenadores de Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação, de membros dos GT que atuam junto ao Comitê e, também, cerca de 100 (cem) estudantes de diferentes níveis de formação.

Durante o citado evento, serão lançadas três publicações: “Inventário de Dissertações e Teses da Área de Ciências do Mar”, elaborado pelo Coordenador do Comitê e disponibilizado no Portal do PPG-Mar; “Guia de Orientação para Criação de Empresas Juniores na Área de Ciências do Mar”; e o livro “Estudos Oceanográficos: do Instrumental ao Prático”, que foi apoiado pelo PPG-Mar. Este Guia inovador informa, por meio de desenhos e fotos, os equipamentos utilizados para coleta de dados em atividades embarcadas na área de Ciências do Mar.

Estão programadas as participações do PPG-Mar nos eventos: XIV Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar (XIV COLACMAR), onde o PPG-Mar coordenará uma mesa redonda sobre o estado da arte de Recursos Humanos em Ciências do Mar; e 17º Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca (17º ConBEP), a ser realizado no período de 27 de novembro a 1º de dezembro de 2011, na cidade de Belém/PA.

4.4 – Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha - BIOMAR

O Secretário da CIRM concedeu a palavra à representante do MCTI, Sra. JANICE ROMAGUERA TROTTE DUHÁ.

A Sra. JANICE lembrou que compete à Coordenação Geral para Mar e Antártica (CGMA), do MCTI, coordenar o Comitê Executivo para o BIOMAR. No momento, a CGMA tem subsidiado, de forma bastante pragmática, a ação do PPA 2012- 2015, bem como contribuído na elaboração e estruturação do VIII PSRM. Sobre este assunto, mencionou as Oficinas Temáticas ocorridas em setembro passado, na SECIRM, quando o objetivo do BIOMAR foi redefinido para *“promover e fomentar o estudo do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha existente nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e Plataforma Continental ou na Área internacional de interesse para o País, visando ao seu aproveitamento sustentável”*. No entendimento da Coordenadora do Comitê, este é um redirecionamento bastante significativo que os seus membros estão dando, à ação BIOMAR.

A CGMA continua apoiando os 14 projetos que estão sendo desenvolvidos por meio do Edital BIOMAR nº 39/2009. Este Edital permanece em curso, financiando o desenvolvimento de processos e produtos biotecnológicos para a identificação, detecção e controle de doenças, fármacos, medicamentos e *kits* diagnósticos para o tratamento de doenças negligenciadas e virais, biopolímeros e tecnologia de biorremediação, utilizando organismos marinhos.

Em outubro de 2010, o MCTI participou de uma visita técnica aos Laboratórios das Forças Armadas do País, a convite do Secretário do Comitê Nacional de Biotecnologia (CNB). A visita objetivou conhecer as instalações e os projetos, visando à busca de tecnologia com utilidade dual, militar e civil, prevista na Estratégia Nacional de Defesa. Este assunto tem ganhado atenção dentro do MCTI, nos últimos tempos.

O MCTI participou, também, do 3º Workshop da Rede Algas, denominado *“Biodiversidade: aplicação tecnológica e sustentabilidade”*, realizado em Pati do Alferes, RJ, no período de 13 a 16 de julho de 2011. A Sra. JANICE comentou que a Rede Algas trabalha em estreita sintonia com o MCTI, e que a CGMA tem buscado a possibilidade de que o Aviso de Pesquisa *“Aspirante Moura”*, da MB, possa atuar em benefício dessa Rede, mas este apoio ainda não foi possível. Entretanto, o Navio está participando do projeto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ), na área de Oceanografia Geológica e Química, a cargo da Dra. JOSEFA

VARELLA GUERRA. Comentou que serão instalados equipamentos para coleta de organismo bentônicos¹ no referido Navio.

A Sra. JANICE comentou, ainda, que já se iniciou o estudo do PNT do BIOMAR, à luz do VIII PSRM. Reiterou o expresso interesse do MCTI de atuar em parceria com o PROAREA, no que concerne às atividades de bioprospecção, associadas à coleta de crostas cobaltíferas e de todo material de grande valor geológico, que tem sido levado a termo pelo MME e pelo CPRM. Informou que o MCTI vem envidando esforços para que seja adquirido um novo navio oceanográfico, com recursos de empresas privadas e do MCTI. Na especificação do navio, o Ministério resolveu garantir a sua operação para também realizar atividades voltadas para a área da prospecção geológica. Em seguida, passou a palavra à Dr. CLAUDIA RESENDE, da área jurídica do MCTI, a qual informou que está fazendo um estudo completo da legislação relacionada à biotecnologia, biodiversidade, recursos genéticos, patrimônio genético e materiais biológicos, principalmente no que se refere aos conceitos, pois existem definições completamente diferenciadas em vários atos normativos. Este estudo possibilitará a apresentação de uma proposta de harmonização desses conceitos, com o intuito de simplificar o processo de coleta, adotar uma forma de fiscalização mais concreta e efetiva, que possibilite desenvolver a área tecnológica e de patentes no Brasil, bem como alavancar as instituições nacionais. Comentou que, há um mês, o CNPq foi credenciado, junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético do MCTI, para autorizar a coleta de suprimento biotecnológico, fruto de um trabalho conjunto com o MMA, a partir das novas determinações definidas durante a Décima Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10). Com isso, o processo de autorização de coleta passará a ser simplificado e possibilitará harmonizar a legislação sobre o assunto.

A Sra. JANICE confirmou que o MCTI e o MMA estão trabalhando em conjunto para resolverem a questão da legislação, e que é muito importante, nesse momento, contar com o apoio da CIRM.

O Secretário da CIRM comentou a notícia do futuro emprego do Navio “Aspirante Moura” em benefício da Rede Algas e declarou que essa contribuição é muito importante para a pesquisa biotecnológica. Comentou, ainda, que a Rede Algas necessita de um instrumento de coleta de material capaz de ir um pouco além da praia e reconhece o anseio da comunidade científica que trabalha nessa área.

¹ Organismos Bentônicos: São aqueles que vivem no substrato do fundo dos ecossistemas aquáticos (rios, lagos, oceanos, etc.), ao menos, durante parte de seu ciclo de vida.

4.5 – Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos – REVIMAR

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra à representante do MMA, Dra. ANA PAULA. A representante informou que os Centros de Pesquisas Pesqueiras que haviam sido transferidos para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), retornaram para a estrutura do IBAMA, e que o MMA está avaliando a otimização do uso desses Centros, de seus meios e recursos humanos, para ampliar o conhecimento e o monitoramento da biodiversidade marinha. A otimização dos Centros de Pesquisas busca possibilitar o seu uso na abordagem ecossistêmica na gestão pesqueira, e gerar estratégias de ampliação e consolidação de áreas marinhas protegidas. Relatou que os barcos de pesquisa pertencentes aos citados Centros encontram-se necessitando de reparos, e que a Coordenação do REVIMAR, com o apoio da SECIRM, está avaliando as possibilidades de os navios dos Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE) e do Litoral Norte (CEPNOR) serem reparados nas Bases Navais de Natal e de Belém, respectivamente.

Apesar disso, as atividades de pesquisas no âmbito do REVIMAR estão sendo retomadas pelos CEPENE, CEPNOR, Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul (CEPSUL) e Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos (CEPERG), voltadas para o monitoramento dos principais recursos pesqueiros e, também, dos manguezais e recifes de coral.

Como resultado das atividades do REVIMAR em 2011, destacou a editoração e publicação das seguintes propostas de Planos de Gestão, que serão levadas à discussão na Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros – CTGP, coordenada pelo MPA, com a participação do MMA:

- Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Elasmobrânquios Sobre-explotados ou Ameaçados de Sobre-exploração no Brasil;
- Plano Nacional de Gestão para o Uso Sustentável do Caranguejo-Uçá e do Siri-Azul; e
- Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Cavalos-Marinheiros do Brasil.

Além desses Planos, encontram-se em fase final de revisão o Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Camarões Marinhos e o Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Sardinha-Verdadeira, que se somarão ao já publicado Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas.

A Dra. ANA PAULA salientou, ainda, que no processo de elaboração do VIII PSRM, o REVIMAR está sendo revisto e reformulado, ampliando a sua atuação como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha.

4.6 – Aquicultura e Pesca – AQUIPESCA

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MPA, Sr. LUIS ALBERTO MENDONÇA SABANAY. O representante relatou que estão acontecendo esforços e discussões no MPA para internalizar os temas da CIRM. Com relação ao AQUIPESCA, foram realizados diálogos bilaterais com os ministérios que desenvolvem atividades relacionadas à pesca e à aquicultura, aos recursos hídricos e em ações relativas ao meio ambiente. Tais diálogos visam compor uma temática específica para o AQUIPESCA e, também, para a formulação da Ação que deverá compor o VIII PSRM.

Salientou que outro ponto a ser considerado é a revisão das representações do MPA junto à CIRM, para que não sofram interrupções, como sofreram no passado.

Por último, o Sr. LUIS SABANAY ressaltou que o MPA vem estabelecendo um diálogo estreito com o MMA, em relação à questão da utilização dos recursos da biodiversidade no desenvolvimento do setor pesqueiro. Informou, também, que os temas ligados à questão da mudança climática e da biodiversidade começaram a ser debatidos no MPA, na tentativa de identificar os impactos econômicos nos recursos pesqueiros.

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Secretário da CIRM para uma apresentação sumária dos Programas relacionados nos subitens 4.7 a 4.11 da Agenda.

4.7 – Mentalidade Marítima - PROMAR

Com o objetivo de divulgar a importância do mar e consolidar na Sociedade Brasileira uma mentalidade marítima, a CIRM, por meio do PROMAR, realizou as seguintes exposições com o tema "O Brasil na Antártica e a Amazônia Azul":

- Exposição na cidade de Monte Sião – MG, no período de 5 a 8 de maio de 2011;
- Exposição na Universidade Paulista de Campinas, no período de 11 a 14 de maio de 2011;
- Exposição e palestras no Colégio Reação, no Recanto das Emas – DF, no período de 26 a 30 de maio de 2011;
- Exposição e palestras no Colégio Soma, no Cruzeiro – DF, no período de 1º a 6 de junho de 2011;
- Exposição alusiva à Data Magna da Marinha, no Palácio do Planalto – DF, no período de 7 a 14 de junho de 2011;
- Exposição na XVIII Expo Itaguaí – RJ, no período de 30 de junho a 5 de julho de 2011;

e

- Exposição na 63ª Reunião Anual da SBPC, em Goiânia-GO, no período de 10 a 15 de julho de 2011.

A SECIRM apoiou atividades ligadas ao mar, por meio de doação de material às seguintes instituições:

- TV Senado – Sr. Armando Rollemberg;
- Colégio Estadual Rachel de Queiróz - Ivaté – PR;
- Centro Cultural da Marinha em SP;
- Centro de Coordenação de Estudos da Marinha em SP;
- Capitania dos Portos de Sergipe;
- IDEPOM - Instituto de Desenvolvimento do Poder Marítimo - São Luiz do Maranhão;
- Escola Estadual Praça da Bandeira - São João de Meriti – RJ;
- Colégio Provento – Campinas – SP;
- Colégio Educap – Campinas SP;
- Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário, MS;
- Universidade do Estado do Mato Grosso - Sinop – MT;
- Diretoria de Educação Técnica Militar – EB; e
- Escola SESI SAMA – Goiânia – GO.

Durante a última reunião da Frente Parlamentar em Apoio ao PROANTAR, foi entregue à Deputada JÔ MORAES, Vice-Presidente da Frente, um folheto contendo uma prestação de contas, para distribuir aos demais Parlamentares da Frente.

A página da SECIRM na Internet está passando por reformulações visando torná-la um repositório de informações úteis sobre as atividades da CIRM. Os esforços de melhoria permitirão uma maior acessibilidade aos documentos gerados no âmbito do Colegiado. As informações sobre o VIII PSRM, as Atas da CIRM recentes e as Resoluções válidas, entre outros, estão disponíveis, sendo exemplos da sistemática adotada.

Está disponível, também, na página eletrônica da SECIRM, a Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para os Oceanos e documentos conexos, aprovados, em março de 2010, na 1ª Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, tendo o Comandante da Marinha representado o País como o Ministro do Mar do Brasil.

4.8 - MOC/ Programa GOOS/Brasil

4.8.1 - “Projeto para o Arranjo de Boias Ancoradas no Atlântico Tropical”- PIRATA

O projeto PIRATA tem a finalidade de coletar dados oceanográficos e climatológicos no Atlântico Tropical, de forma compartilhada entre Brasil, EUA e França.

O Navio Oceanográfico Antares (NOcAntares) iniciou no dia 10 de agosto mais uma Comissão PIRATA. Especialistas da Marinha e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) realizarão, até meados de setembro de 2011, a manutenção das 8 (oito) boias Atlas que integram o arranjo sob a responsabilidade do Brasil.

Na viagem está prevista a realização de perfis de *Conductivity, Temperature, Depth* (CTD) e de *Underway-CTD*, com mais de 200 amostras de água coletadas em vários níveis de profundidade para análise de salinidade e oxigênio dissolvido. Medições contínuas sobre o fluxo de CO₂ na interface oceano-atmosfera serão realizadas por um sistema semiautomático, para o cálculo de carbono inorgânico dissolvido e alcalinidade, necessários para o estudo do ciclo de Carbono. Além das medições de CO₂ a bordo do NOcAntares, a bóia localizada a 8° N/ 38W (Boia 3) vem coletando dados de CO₂/O₂.

Os dados do Projeto PIRATA estão disponíveis na página na Internet do Programa GOOS/Brasil (<http://opendap.ccst.inpe.br/public/PIRATA/>), que também se encontram na pasta distribuída.

4.8.2 - “Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na Camada Superficial do Atlântico Sul, entre o RJ e a Ilha da Trindade” - MOVAR

O projeto monitora a temperatura, a velocidade, o volume d’água e a profundidade da corrente do Brasil no entorno da cadeia Vitória-Trindade.

Ocorreram, durante os meses de junho e agosto de 2011, a terceira e a quarta viagens do projeto MOVAR, a bordo da Fragata Greenhalgh e do Rebocador de Alto-Mar Almirante Guillobel, respectivamente, tendo sido lançados 98 probes de batitermógrafos descartáveis (XBT). Participaram do projeto, este ano, seis pesquisadores, entre eles alunos em formação em Oceanografia.

4.8.3 - Programa Nacional de Boias - PNBOIA

O PNBOIA tem como finalidade a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos no Atlântico Tropical e Sul, por meio de boias de fundeio e de deriva.

Durante o mês do junho, a boia fixa de Rio Grande apresentou problemas de alagamento, com perda de componentes eletrônicos e do aparelho de fundeio, acarretando a necessidade de sua retirada para manutenção. Essa boia deverá ser refundeada no próximo mês. Durante o mês de setembro, também, está prevista a comissão de fundeio das boias fixas de Cabo Frio, Porto Seguro e Recife, com o apoio do Navio Hidroceanográfico Amorim do Valle e do Navio

Faroleiro Almirante Graça Aranha. Após esses fundeios, seis boias fixas estarão em operação. As boias de Santos e Santa Catarina estão operando no momento: duas de uma rede de oito.

Uma segunda fase do PNBOIA, com fundeio de boias oceânicas, também em número de oito, está sendo estudada pelo Subcomitê do Programa.

O vandalismo e a falta de navios para a manutenção contínua das boias são fatores que dificultam a operacionalidade da rede.

Com relação às boias de deriva, foram lançadas, este ano, 24 boias SVP, sendo duas com sensor de pressão. Durante a comissão PIRATA, ora em andamento, serão lançadas mais 15 boias de deriva, em regiões mais carentes de dados e que possibilitem um maior período de permanência das boias em águas de interesse do Brasil. Está previsto, também, o recebimento de mais 65 boias SVP, sendo 32 com sensor de pressão e 3 com sensor de vento.

4.8.4 – Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas

A Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas tem como objetivo monitorar o regime de ondas em baixas profundidades, importante para a análise das variações e mudanças das linhas de costa, e identificar as áreas sensíveis à erosão costeira.

Estão em fase final os preparativos para o fundeio do primeiro ondógrafo da Rede, o que deverá ocorrer na próxima semana, ao largo da cidade do Recife. O fundeio e a manutenção está a cargo da Universidade Federal de Pernambuco.

A SECIRM, também, deverá celebrar um convênio com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande (FAURG), com vistas ao reparo e fundeio de mais dois ondógrafos, sendo um da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e outro da Universidade Federal de Santa Catarina. Os mesmos deverão ser fundeados no início de 2012.

A representante do MCTI, Sra. JANICE, informou que na última reunião da Subcomissão para o PSRM, o representante do MPA manifestou interesse se valer do sistema de monitoramento de embarcações, a fim de que auxilie o MCTI na preservação das boias fixas e identificação de possíveis infratores, a partir das posições conhecidas das boias fixas, sujeitas à depredação. Foram realizados contatos entre representantes do Projeto Pirata e do MPA para tentar minimizar esse índice. Lembrou que não se pode chamar de vandalismo, pois não é feito propositalmente, contudo geram danos e perda de operacionalidade da rede de boias, tanto do Pirata como do PNBOIA. Deve-se trabalhar para reduzir este cenário e fornecer um retorno melhor dos dados, em função do investimento feito. A Sra. JANICE informou, ainda, que o representante do MPA ofereceu-se para atuar dentro do seu Ministério sobre essa questão, no sentido de estreitar o conhecimento e buscar uma solução.

O Secretário da CIRM informou que a boia de Rio Grande, recentemente fundeada após manutenção, operou somente dois meses e teve que ser retirada da água, por problemas de alagamento, resultado de pane ocasionada por embarcação de pesca. Os barcos utilizam as boias como ponto de amarração para economizar o combustível e descansar, e o fazem em locais frágeis, causando danos e possíveis alagamentos. Com relação a isso, a Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) está estudando formas de proteger os pontos das boias que sofrem maiores danos nos casos da utilização como ponto de amarração.

A Sra. JANICE complementou que a questão é mundial, e não afeta só aos brasileiros. Os franceses têm enviado relatos de que seus navios ao se aproximarem para fazer a manutenção de suas boias, encontram pescadores, inclusive brasileiros, amarrados a elas. Participou, ainda, um acontecimento ocorrido com uma boia do Projeto Pirata. A boia derivou 27 milhas náuticas e parou. Inicialmente, concluiu-se que tinha soltado do sistema de fundeio. Entretanto, relatos provenientes de fontes ligadas à *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) informam que pescadores rebocam as boias para que as mesmas sirvam como instrumentos “atratores” de peixes, que agregam sob a sua sombra. Assim, os estoques são capturados, à medida em que as mesmas se deslocam de um ponto a outro.

O representante do MPA, Sr. LUIS SABANAY, relatou que, desde 2003, o MPA vem trabalhando em um programa para reduzir o uso indevido de boias do Programa GOOS/Brasil. Informou que o MPA e o MCTI estão dialogando sobre o assunto e que as providências são educativas. Afirmou que o setor de fiscalização do MPA está sendo instituído com diversas lanchas adquiridas. Inicialmente, o processo de fiscalização não deverá ter caráter policial, nem punitivo.

4.9 – Pesquisas Científicas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) - PROARQUIPELAGO

As expedições científicas ao ASPSP vêm se desenvolvendo normalmente e foram realizadas, até a data desta Sessão, 336 expedições.

A Estação Sismográfica recentemente instalada no ASPSP está funcionando normalmente. O Departamento de Geofísica da UFRN, responsável pela operação do equipamento, publicará Boletins periodicamente, contendo os dados relacionados aos abalos registrados naquela remota região. Esses dados contribuirão de forma significativa para o melhor entendimento dos tremores no ASPSP, bem como os estudos de sismicidade realizados em todo o litoral nordeste do Brasil. Esse Boletim será disponibilizado em site específico, a ser informado oportunamente.

Em 25 de junho último, completou-se 13 anos de habitação contínua no ASPSP. Como havia, nessa mesma data, uma viagem de manutenção em curso, a data foi comemorada na

própria Estação Científica. Estavam presentes representantes da SECIRM, BNN, Universidades, Embratel e equipes de reportagens da TV Diário, afiliada da Rede Globo, e Jornal “O Vale”.

As reportagens produzidas pelo Jornal “O Vale” foram publicadas entre os dias 26 de junho e 17 de julho. As reportagens da TV Diário foram ao ar durante o Tele Jornal “Diário TV”, em São Paulo, no período de 11 a 15 de julho. A TV Diário produzirá, ainda, um programa especial sobre o ASPSP, com duração de 50 minutos, a ser exibido em breve no canal Globo News.

Foi distribuída aos presentes uma lista contendo os *links* com os conteúdos das reportagens e exibido um filmete com a chamada produzida para o programa “Diário TV”.

4.10 – Pesquisas Científicas na Ilha de Trindade - PROTRINDADE

A Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT) encontra-se permanentemente ocupada por pesquisadores, desde fevereiro de 2011, e apoiou, ao todo, 69 pesquisadores nesse primeiro semestre.

Encontra-se em fase final de construção a nova Estação Meteorológica da Ilha da Trindade (EMIT), com a mesma técnica construtiva de PVC utilizada na ECIT, em face da facilidade de transporte, construção e manutenção.

Foi apresentada uma sequência de slides que mostraram as diversas fases da construção da Estação Meteorológica. Há um atraso na conclusão do telhado, mas a Estação, muito em breve, estará pronta para ser equipada e novamente guarnecida. A EMIT não parou de funcionar durante a reforma. Os equipamentos foram transferidos para outro local e a coleta de dados continua sendo feita.

Em 2011, foram realizadas seis viagens em apoio às pesquisas científicas na Ilha da Trindade, das quais três em navios da MB - Navio Hidrográfico Sirius, Navio de Desembarque de Carros de Combate Almirante Sabóia e a Fragata Greenhalgh - e três em navio contratado pela SECIRM (Victória A). Até o presente momento, foram atendidos quinze projetos selecionados pelo CNPq, além de projetos como o de monitoramento de tartarugas, do TAMAR/ICMBio; de revegetação, do Museu Nacional/UFRJ; e de geração de energia renovável, do CEPEL/ELETRONBRAS/MME. Uma equipe da TV francesa esteve na Ilha para realizar documentários, a ser veiculado em setembro, em um programa chamado “Thalassa”, que aborda temas do mar e que poderá ser visualizado, posteriormente, pela internet. Uma equipe da Rede Globo, do programa GLOBOMAR, também realizou trabalho na Ilha, que foi ao ar em 30 de junho e encontra-se disponível no site do Globo Mar. Foi apresentado um compacto sobre essa matéria.

4.11 – Elaboração do VIII PSRM (documento CIRM 178/7)

Até o dia 15 de julho, foram recebidas as contribuições dos colaboradores para o VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). O VII Plano encerra sua vigência em 2011. A Subsecretaria para o PSRM, CMG (T) MARISE, incorporou as sugestões recebidas e as consolidou em uma minuta de Plano que, também, utilizou os resultados das reuniões temáticas, ocorridas nos dias 17, 18 e 19 de agosto, nesta Secretaria, conforme o cronograma constante no documento CIRM 178/7.

Foram convidados a participar desses encontros os representantes dos Comitês Executivos e da Subcomissão para o PSRM, a comunidade científica e outros colaboradores ligados aos temas. Está previsto, ainda, um workshop no final de setembro, em Arraial do Cabo/RJ, para finalização do VIII PSRM, conforme consta no citado cronograma.

Após a consolidação, o Plano será submetido à Subcomissão para o PSRM, para aprovação, e posterior ratificação da CIRM. A partir daí, será encaminhado aos Ministérios que coordenam ações no PSRM, para assinatura, e, posteriormente, à Presidência da República, para aprovação e publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.).

Vale salientar que o VIII PSRM está sendo elaborado em consonância com o Plano Plurianual 2012 - 2015 do Governo Federal.

A representante do MCTI, Sra. JANICE, agradeceu a SECIRM pelo trabalho de construção do VIII PSRM, no qual se percebe o sentido agregador do novo Plano. Ressaltou que os Comitês estão se falando e juntando esforços em prol do que se deseja ver implementado, até 2015. A visão de futuro estabelecida pelo PPA do Governo Federal e seus resultados institucionais deverão conduzir a uma governança estratégica muito mais presente e eficaz com relação aos Recursos do Mar.

5.0 - SUBCOMISSÃO PARA O LEPLAC

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MRE, Ministro PITALUGA, para apresentar os subitens 5.1 e 5.2 da Agenda.

5.1 – Andamento das atividades do GT-LEPLAC

O Ministro PITALUGA chamou a atenção para a página 23 da Ata da Sessão anterior, no qual há um histórico sobre o assunto. No último dia 20 de julho, houve uma reunião da Subcomissão para o LEPLAC, com a presença do Almirante RIBAS, Coordenador Operacional

do GT LEPLAC, que fez uma apresentação detalhada sobre a situação atual da proposta brasileira em elaboração.

5.2 – Apresentação do cronograma com data-limite para prontificação da proposta brasileira revisada a ser enviada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) (documento CIRM 178/8)

Na reunião de Subcomissão para o LEPLAC, foi aprovado o cronograma de trabalho do GT LEPLAC, documento CIRM 178/8. O GT está trabalhando com informações colhidas na região sul, e depois partirá para as regiões norte, leste e sudeste da Plataforma Continental Brasileira. A previsão de prontificação é abril de 2013, quando a proposta será trazida para a deliberação da CIRM. A partir de maio de 2013, verificar-se-á o momento político oportuno para apresentá-la à CLPC.

A CLPC decidiu que os países que reapresentarem suas submissões terão direito a um tratamento prioritário, não precisando entrar na fila de novas submissões.

Um assunto que vem sendo discutido nas reuniões dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) é a grande carga de trabalho dos membros da CLPC. Em decisão recente, definiu-se que seus membros trabalharão durante seis meses por ano, de forma não contínua.

6.0 - SUBCOMISSÃO PARA O PROANTAR

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Secretário da CIRM para apresentar os subitens 6.1 a 6.3 da Agenda.

6.1 – Notícias da Operação Antártica XXIX

No período de 3 a 9 de julho, foi realizado o 9º Voo de Apoio da FAB à OPERANTAR XXIX, o primeiro no período de inverno. Esse voo marcou a retomada do apoio logístico prestado pelas aeronaves C-130 da FAB ao PROANTAR, que não ocorria desde a primeira quinzena de março, em razão do cancelamento do 7º e do 8º voos de apoio.

No decorrer da Operação, que teve início em novembro de 2010, foram desenvolvidos 18 projetos científicos de diferentes áreas de pesquisa, executados a bordo dos navios antárticos, na EACF e nos acampamentos, atendendo, aproximadamente a 220 pesquisadores, auxiliados por 18 alpinistas. O PROANTAR também apoiou programas antárticos de 5 países, principalmente no aspecto do suporte logístico, a saber: Bulgária, Espanha, Equador, Polônia e Argentina.

Na OPERANTAR XXIX está ainda previsto um voo de apoio de inverno, que ocorrerá na segunda quinzena de setembro, praticamente encerrando as atividades dessa Operação.

6.2 – Planejamento da Operação Antártica XXX

No início do mês de maio, foi realizada uma reunião de coordenação com os Coordenadores de Projetos, na qual foram definidos os quantitativos de pesquisadores que irão a campo em cada projeto e a distribuição pelos navios e pela EACF, bem como os períodos de permanência de cada um.

Como ocorre anualmente, o NApOcAry Rongel e o NPo Almirante Maximiano seguem realizando suas manutenções, a fim de estarem prontos para suspender para o Continente Gelado na primeira quinzena de outubro, quando darão início efetivo à Operação.

Durante a OPERANTAR XXX, serão apoiados 17 projetos científicos de diferentes áreas de conhecimento, selecionados e apoiados pelo MCTI e pelo CNPq, que envolverão cerca de 300 pessoas, entre pesquisadores e alpinistas. Das atividades a serem realizadas, destacam-se as pesquisas de estudo da biodiversidade e do ecossistema antártico, as investigações sobre as mudanças climáticas naquela região e suas consequências em nível global e as pesquisas nas áreas de oceanografia, glaciologia e geologia.

Conforme ocorrido nas operações antárticas anteriores, está prevista a realização de 10 voos de apoio pelas aeronaves C-130 da FAB, sendo 7 voos no período do verão austral (outubro a março) e 3 no período de inverno (abril a setembro).

Ressaltou que no dia 12 de janeiro de 2012, o Brasil comemora a importante marca de 30 anos de Programa Antártico.

6.3 – Andamento do GT de Planejamento Estratégico para o PROANTAR

Foram realizadas duas oficinas nos meses de maio e julho, ocasiões em que foram discutidas e definidas a visão de futuro, os objetivos e as ações estratégicas. Na última reunião, o Prof. JEFFERSON SIMÕES, glaciologista, participou ativamente dos debates.

A próxima oficina será realizada nos dias 30, 31 de agosto e 1º de setembro, quando se espera que sejam praticamente finalizados os trabalhos do GT com a priorização das ações, definição dos indicadores e redação do relatório final.

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao representante do MRE, Ministro PITALUGA, para apresentar os subitens 6.4 e 6.5 da Agenda.

6.4 – Relacionamento bilateral com Argentina e Chile em assuntos antárticos

O Ministro PITALUGA mencionou que, nas reuniões realizadas com a Argentina e com o Chile no ano em curso, ficou evidente a necessidade de o PROANTAR ampliar a cooperação bilateral em temas antárticos. Mencionou, também, que a cooperação internacional foi estimulada na Declaração Presidencial Conjunta, elaborada por ocasião da visita da Presidenta da República à Argentina.

Afirmou que estão em andamento trabalhos com a Argentina e com o Chile para o estabelecimento de projetos científicos conjuntos e que, até o dia 31 de agosto, espera ter uma ideia de como está se encaminhando a temática científica com os dois países. Citou que os projetos conjuntos existentes não são institucionais, mas de iniciativa dos pesquisadores, e que seria preciso identificar os projetos estratégicos para o PROANTAR. Ressaltou que a implementação dessa cooperação conjunta não será possível para a Operação Antártica XXX e que, por enquanto, pretende-se continuar oferecendo a cooperação científica e logística nos moldes que já vêm ocorrendo.

Com relação ao Chile, afirmou que aquele País ofereceu ao Brasil a Base “Teniente Carvajal”, situada próximo ao paralelo 68°, a fim de que possam desenvolver projetos de pesquisa conjuntos, sendo esta uma oportunidade de o Brasil lançar-se para além da Península Antártica. Citou que o Chile fez uma proposta para formalizar essa cooperação, e que, após sua revisão, será apresentada uma contraproposta ao Chile. Finalizando, comentou que a Presidenta da República provavelmente visitaria o Chile no segundo semestre, e ele julga interessante que o acordo de cooperação pudesse ser assinado antes dessa visita.

A representante do MCTI destacou que dos 19 projetos do Edital 23/2009, 15 são conduzidos em colaboração e/ou cooperação com Argentina, 10 com o Chile, 3 com o Equador, 2 com o Uruguai, 2 com o Peru e 1 com a Venezuela, além de outros países europeus. Por isso, considerou que, sob o ponto de vista da cooperação em nível governamental, o básico tinha sido feito, necessitando haver entendimentos em um nível mais elevado para institucionalizar a cooperação entre os países.

O Coordenador da CIRM exaltou a aproximação com a Argentina e o Chile, aproveitando a experiência que estes países têm na Antártica, e afirmou que isso deve fazer parte do documento do Planejamento Estratégico para o PROANTAR.

6.5 - Notícias da 34ª Reunião dos Membros Consultivos do Tratado da Antártica (XXXIV ATCM)

O Ministro PITALUGA iniciou sua exposição participando que foi realizada em Buenos Aires, no final do mês de junho, a XXXIV ATCM com a presença de uma Delegação Brasileira integrada por representantes do MMA, do MCTI, do MTur e da MB, além do MRE.

Informou que o Embaixador LUIZ ALBERTO FIQUEIREIDO MACHADO, enviado especial do MRE, por ocasião das comemorações do 50º aniversário da entrada em vigor do Tratado da Antártica, fez um pronunciamento sobre a importância do Tratado e destacou os 30 anos do Programa Antártico Brasileiro a serem completados em janeiro de 2012. O discurso do Embaixador encontra-se em Anexo A e a tradução livre da Declaração sobre Cooperação Antártica, por ocasião do 50º aniversário da entrada em vigor do Tratado da Antártica, em Anexo B.

Posteriormente, o Ministro fez os seguintes comentários sobre os assuntos tratados na ATCM:

- ressaltou que merecia destaque a celebração dos cinquenta anos da ratificação do Tratado da Antártica;

- com relação à celebração dos trinta anos do Brasil como Membro Consultivo do Tratado da Antártica, em 2013, o Ministro afirmou que a data não pode passar despercebida. O Brasil deve aproveitar as próximas reuniões da ATCM, em 2012 e 2013, para apresentar o que fez durante todo este tempo na Antártica, bem como o que está sendo feito atualmente em termos de pesquisa;

- reafirmou que era o momento de o PROANTAR ousar e ampliar as suas fronteiras, não se limitando à realização de pesquisas na Península Antártica;

- destacou que o MCTI tem uma participação fundamental na divulgação, e que é o momento de dizer ao mundo o que o Brasil faz na Antártica e quais são os resultados das pesquisas científicas realizadas;

- citou que o Chefe do Programa Antártico do Uruguai afirmou ter interesse em firmar um acordo de cooperação com o Brasil, o que reforça a tese de o País ser, cada vez mais, chamado para estabelecer parcerias sobre o tema, devendo estar preparado para isso;

- comentou que um dos pontos relevantes da reunião foi a discussão sobre a realização de inspeções conjuntas na Antártica. Citou que, em conversações paralelas com a Argentina sobre o assunto, ganhou força a ideia de os dois países estabelecerem uma equipe mista de inspetores;

- afirmou que a intenção da ATCM é continuar trabalhando com base nos documentos que são apresentados pelos países membros e, por isso, o Brasil deve aumentar a quantidade de documentos de trabalho produzidos; e

- citou que a Reunião da ATCM em 2014 será no Brasil, ocasião em que o País deve estar preparado para mostrar o que deseja alcançar com a sua Política Antártica.

Complementando sua exposição, o Ministro afirmou que o Grupo de Trabalho de Planejamento Estratégico do PROANTAR (GT-PROANTAR) tem uma grande responsabilidade quanto ao redimensionamento e à perspectiva de futuro do Programa, considerando fundamental que os gestores do PROANTAR incrementem o diálogo interno e externo.

A Sra. JANICE agradeceu ao representante do MRE pelos relatos e afirmou que o MCTI está fazendo um grande esforço para a detecção das grandes fronteiras do conhecimento para o PROANTAR até 2022. Informou que consultas vêm sendo realizadas junto à comunidade científica que atua no âmbito do PROANTAR, por meio das quais já foram identificadas macro-questões científicas, divididas em três grandes temas, a saber:

1º A Antártica: mudanças globais e conexões com América do Sul;

2º Ecossistema, biodiversidade e impactos antrópicos; e

3º Potencial tecnológico e conservação de recursos naturais.

- Com relação à produtividade científica do PROANTAR, afirmou que foi realizado um levantamento dos dados referentes ao período de 2006 a 2011, período considerado relativamente próspero em termos de pesquisa científica na Antártica, e que estes dados encontravam-se tabulados e disponíveis. Citou alguns dados aproximados do levantamento:

- 58 pesquisadores e coordenadores envolvidos em quatro editais;

- publicação de 197 artigos científicos de impacto internacional;

- formação de 35 doutores e 67 mestres; e

- elaboração de 47 capítulos de livros.

Complementando o assunto, afirmou que o desejo do Secretário de Políticas e Programas do MCTI, Dr. CARLOS NOBRE, é melhorar esse desempenho e que isso estaria bem explicitado no PPA 2012-2015, do MCTI, como umas das metas a serem atingidas.

Por fim, a Sra. JANICE declarou ser um desejo do MCTI a implantação de um sistema de observação oceânico para a região antártica, sendo esta uma demanda científica já explicitada como parte da estratégia aprovadas pelo SCAR. Afirmou que as discussões sobre o assunto foram iniciadas e que, na última reunião da Subcomissão para o PROANTAR, tinha reportado o desejo de implantação de um SOOS-Brasil (*Southern Ocean Observing System*).

A representante do MMA, Dra. ANA PAULA, informou a respeito da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, e que seriam realizadas reuniões, nos dois dias seguintes, visando definir os critérios de contratação da empresa certificadora, o termo de referência, as datas da auditoria, a validação das normas e procedimentos e outros tópicos afins.

Completo afirmando que o Brasil está caminhando para ter o SGA da Estação Antártica, a ser concedido no ano em que completará 30 anos de presença naquele Continente. Finalizando, declarou considerar importante a aproximação e o futuro estabelecimento de um termo de cooperação com a Argentina, com a qual havia realizado uma reunião informal, no sentido de compartilhar o trabalho da avaliação de impacto ambiental, de realizar conjuntamente o Treinamento Pré-Antártico e de conhecer o SGA implementado na estação argentina.

O Coordenador da CIRM retomou a palavra e afirmou que existem dois marcos a serem registrados. Um deles é a Operação Antártica XXX e o outro é a celebração dos trinta anos do Brasil como Membro Consultivo do Tratado da Antártica, em 2013. Em continuação, disse que deve ser divulgado o que o País tem feito na Antártica, principalmente com a perspectiva de o Brasil sediar uma reunião da ATCM, e que a questão ambiental é um aspecto considerado importante na EACF. Diante do exposto, considerou dois campos abertos - a pesquisa científica e a gestão ambiental - e afirmou que a Marinha, responsável pela logística do PROANTAR, concorda com as palavras dos representantes do MRE, MCT e MMA. Com relação ao GT de Planejamento Estratégico, o Coordenador ressaltou a necessidade de identificar os pontos cruciais do Programa e, principalmente, discutir a melhor forma de abertura e ampliação do PROANTAR.

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Secretário da CIRM para apresentar os subitens 6.6 e 6.7 da Agenda.

6.6 - Notícias da 23ª Reunião do Conselho de Gerentes dos Programas Antárticos Nacionais (XXIII COMNAP)

Foi realizada na cidade de Stockholm, Suécia, entre os dias 31 de julho e 3 de agosto, a reunião anual do Conselho de Gerentes dos Programas Antárticos Nacionais (COMNAP), de 2011. A organização do evento coube ao Secretariado Sueco de Pesquisa Polar, órgão governamental ligado ao Ministério da Educação e Pesquisa. Participaram do encontro representantes de 27 países. O Conselho contou também com a presença de um observador da República Tcheca e de especialistas convidados do Secretariado do Tratado da Antártica, do Comitê Científico de Pesquisas Antárticas (SCAR) e da Associação Internacional dos Operadores Turísticos na Antártica (IAATO).

A delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário da CIRM e teve a participação de Oficiais da SECIRM e do Prof. JEFFERSON CARDIA SIMÕES, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretor do Instituto Nacional Antártico de Ciência e Tecnologia da Criosfera.

Entre os diversos assuntos tratados no COMNAP 2011, pode-se destacar:

- apresentação dos resultados do grupo de estudo para reformular o Manual de Informações de Voo na Antártica (*Antarctic Flight Information Manual - AFIM*);

- desenvolvimento de um sistema de alerta de *tsunami* que atenda às estações e bases localizadas no litoral da Antártica;

- relatório do desenvolvimento de um sistema de disseminação de informações sobre acidentes, incidentes e situações de risco (*Accident, Incident and Near Miss Reporting System - AINMR*) entre os membros do COMNAP;

- proposta de padronização da metodologia de registro das emissões de carbono na Antártica, provenientes da queima de hidrocarbonetos. A padronização é apresentada como necessária para o avanço no desenvolvimento de práticas mais eficientes no gerenciamento da energia, que reduzam o consumo de combustíveis e as emissões de carbono;

- acompanhamento das discussões sobre o Código Polar, na Organização Marítima Mundial (*International Maritime Organization - IMO*), que estabelecerá as regras para a operação de embarcações na Antártica, incluindo os navios de apoio aos Programas Antárticos Nacionais;

- apresentação da situação do Sistema de Acompanhamento da Movimentação dos Navios na Antártica (*Ship Position Reporting System - SPRS*), para fins de busca e salvamento;

- recomendação do grupo de especialistas da área de medicina quanto ao apoio do COMNAP a um sistema informatizado de intercâmbio de informações de saúde entre os responsáveis por esses aspectos nos Programas Nacionais; e

- apresentação da proposta da Rússia para a criação de um programa conjunto de pesquisa polar, nos moldes do Ano Polar Internacional (*International Polar Year – IPY*), intitulado Década Polar Internacional, com proposta de início para 2014/2015, que será levado à próxima ATCM.

Antecedendo à reunião anual aconteceram “*workshops*” relacionados ao gerenciamento das mudanças no cenário das atividades antárticas para horizontes temporais de 10 a 50 anos, e ao apoio a projetos que exijam uma logística complexa para travessias no Continente Antártico.

Em paralelo à reunião anual do COMNAP, foi realizada reunião entre representantes do Instituto Antártico Chileno e do Programa Antártico Brasileiro, na qual foram tratados os seguintes temas:

- ampliação da parceria com o Chile no desenvolvimento de atividades operacionais e logísticas conjuntas, incluindo a possibilidade de operação compartilhada de uma estação científica chilena (Teniente Carvajal - 67°S), que no momento está inativa; e

–delineamento de futuras parcerias entre o Brasil e o Chile em pesquisas científicas no interior do Continente Antártico (manto de gelo), com a participação do Prof. Jefferson Simões.

6.7 - Expedição Criosfera – Professor Jefferson Simões

A Expedição Criosfera, chefiada pelo Prof. JEFFERSON CARDIA SIMÕES, terá suas atividades de campo na Antártica realizadas no período entre 16 de dezembro de 2011 e 20 de janeiro de 2012.

O tema tem crescido de importância devido à necessidade de se realizar perfurações no manto de gelo antártico para obtenção de dados que forneçam precisão à pesquisa da climatologia do planeta. Essas perfurações são importantes em locais que garantam a coleta de testemunhos de gelo mais antigos possíveis, o que normalmente acontece em áreas de difícil acesso.

Esta Expedição será realizada em parceria com o Instituto Antártico Chileno.

O local escolhido para as atividades foi o setor W do continente antártico. O Acampamento Base da equipe será na Geleira Union, próximo às Montanhas Ellsworth (79° S). O Acampamento Avançado será na região dos Montes Thiel (84° S).

Os objetivos da Expedição são:

- instalar módulo científico automatizado com estações de amostragens atmosféricas e meteorológicas a 84°S (1.360 m de altitude);
- obter um testemunho de gelo de até 150m para estudos ambientais (84°S);
- realizar o levantamento geofísico do local do testemunho de gelo; e
- coletar amostras de sedimentos e rochas na região da Geleira Union (montanhas Ellsworth) (79°S).

Esse projeto coloca o Brasil num reduzido grupo de países, entre os signatários do Tratado, que executam atividades de pesquisa glaciológica no interior do continente.

A movimentação logística do material se inicia em outubro de 2011, com o deslocamento até Punta Arenas (Chile), e se encerrará em abril de 2012, com a chegada do material ao Brasil, com o apoio dos navios do PROANTAR.

A Equipe será composta por 16 pessoas, incluindo os Coordenadores. São 14 brasileiros e 2 chilenos, sendo:

- 4 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- 1 da Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- 2 da Universidade Federal Fluminense (UFF);
- 3 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);

- 2 do Observatório Nacional (ON - Rio de Janeiro);
- 2 da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG);
- 1 do Instituto Nacional Antártico Chileno (INACH); e
- 1 da Universidade de Magallanes (Chile).

Os custos totais estão orçados em cerca de 1,2 milhão, com recursos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera (INCT-CRIOSFERA) e Edital 23/2009/MCTI/CNPq.

A logística da expedição desenvolver-se-á da seguinte maneira:

- transporte da carga do Brasil para Punta Arenas, por via aérea;
- transporte de carga e pessoas entre Punta Arenas e Acampamento Base (Montanhas Ellsworth), por meio de aeronave Ilyushin (avião quadrireator russo), da empresa privada americana ALE (*Antarctic Logistics & Expeditions*), que presta serviços de suporte logístico na Antártica. Pouso sobre rodas no manto de gelo azul;
- deslocamento da equipe de pesquisadores entre o Acampamento Base e o Avançado (cerca de 600 km), por aeronaves DC-3 Basler (da ALE); e
- deslocamento da carga entre o Acampamento Base e o Avançado, por meio de comboio puxado por trator de neve.

O módulo científico deverá receber visitas anuais de manutenção, durante o verão antártico.

7.0 - GRUPO DE INTEGRAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra à representante do MMA, Dra. ANA PAULA PRATES, que relatou a realização da 40ª Sessão Ordinária do GI-GERCO, em 10 de agosto de 2011, onde estiveram presentes cerca de 25 instituições. Comunicou que o GI-GERCO aprovou a concessão de um assento para representação das Universidades, garantindo assim uma maior aproximação entre a gestão costeira, o ensino e a pesquisa acadêmica. A indicação dos representantes titular e suplente deverá ser feita pelo PPG-Mar, mediante consulta de interesse entre seus membros. Além desse ponto, destacaram-se, entre os diversos temas discutidos, a apresentação do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro da Baixada Santista, realizada pelo Coordenador do Gerenciamento Costeiro de São Paulo, Sr. LUIZ ROBERTO OLIVEIRA, e o resultado do trabalho que vem sendo realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, em conjunto com a SEP, para a revisão da Agenda Ambiental Portuária, um dos projetos do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira.

Foi apresentado o andamento dos trabalhos do GT informal sobre energia eólica,

coordenado pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA (SMCQ/MMA). Dada a importância do tema, foi aprovada a criação do GT - Energia Eólica, coordenado pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento (SPU/MP), tendo como participantes representantes do MME, MMA, MB, MPA, SEP, IBAMA, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e Petrobras.

A SPU/MP apresentou a Portaria nº 24/2011, que estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo dos valores devidos a título de retribuição à União.

Foi realizado, nos dias 10 e 11 de maio de 2011, o Seminário Internacional Brasil-Espanha sobre o Sistema de Modelagem Costeira. Naquela ocasião, o MMA apresentou o estágio atual do Sistema de Modelagem Costeira – SMC-Brasil, destacando a necessidade de obtenção de dados a cada hora para a calibração do banco de dados de ondas e marés dos últimos 60 anos, gerado a partir de metodologias de retroanálise, que será disponibilizado pelo SMC. O sistema será composto por um conjunto de ferramentas e modelos numéricos e representará um grande avanço para a gestão costeira do país, pois contribuirá para o melhor conhecimento do comportamento físico do mar e da linha de costa, servirá de base sólida para o estudo de impactos de obras de intervenção costeira, como estruturas náuticas, e enfrentamento de problemas de erosão, entre outras. Foi proposta a criação de um Comitê Gestor para o SMC-Brasil.

8.0 - OUTROS ASSUNTOS

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Secretário da CIRM para apresentar os subitens 8.1 a 8.3 da Agenda.

8.1 – Indicação de perito brasileiro para concorrer às eleições, em junho de 2012, para a CLPC, da ONU.

A CLPC é composta de 21 membros Peritos em geologia, geofísica ou hidrografia, eleitos pelos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), para um mandato de 5 anos, podendo ser reeleitos.

O Comandante ALEXANDRE TAGORE MEDEIROS DE ALBUQUERQUE atualmente é o perito brasileiro que compõe a citada Comissão, tendo sido eleito na primeira eleição em 1997 e reeleito em 2002 e 2007. Atualmente, é também, o *Chairman* da referida Comissão de Limites.

Em 2010, o nome do Comandante TAGORE foi indicado para concorrer às eleições de junho de 2012, pela Marinha, tendo sido enviada a indicação à ONU, pelo MRE.

Entretanto, por motivos pessoais o Comandante TAGORE ficou impossibilitado de se recandidatar na próxima eleição. Diante dessa situação, a Marinha aprovou a indicação do Contra-Almirante (RM1) JAIR ALBERTO RIBAS MARQUES para substituir o Comandante TAGORE, tendo este concordado com a alteração. O Almirante RIBAS é um Oficial-General da Reserva da Marinha, com especialização em hidrografia e com larga experiência no LEPLAC, desde a fase I em 1987, e, atualmente, exerce o cargo de Assessor para o LEPLAC, na DHN.

Em face do exposto, a Subcomissão para o LEPLAC, na sua última Sessão Ordinária, aprovou, por unanimidade, o nome do Almirante RIBAS, para candidato a Perito da CLPC nas eleições de junho de 2012.

Assim, em não havendo óbice, o nome do Almirante RIBAS estará em condições de ser indicado à ONU.

A representante do MMA, Dra. ANA PAULA, elogiou a escolha, afirmando conhecer profissionalmente o Almirante RIBAS.

O Coordenador da CIRM, em face da ausência de óbices para que o Almirante RIBAS seja indicado para concorrer à eleição, de junho de 2012, em substituição ao Comandante TAGORE, solicitou que o representante do MRE na Comissão tome as providências necessárias, com o apoio da SECIRM, para formalizar a indicação à ONU.

8.2 – Definição da expressão “Águas Jurisdicionais Brasileiras”

O Secretário da CIRM teceu comentários sobre o fato de não existir uma conceituação oficial para a expressão “Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)” e outras correlatas, amplamente utilizadas dentro e fora da Marinha do Brasil (MB). Discorreu, sucintamente, sobre os estudos realizados pela MB para estabelecer esse conceito. Prosseguiu com a leitura do documento CIRM 178/9, no qual consta a definição do termo, instituída pela Instrução Normativa nº 1/MB/MD, de 7 de junho de 2011, a saber:

“As Águas Jurisdicionais Brasileiras compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não-vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer.”

O representante do MI, Comandante JACQUES SALOMON CRISPIM SOARES PINTO, observou que a Instrução Normativa estabelece o conceito de AJB no âmbito da MB e sugeriu que o conceito fosse ampliado para aplicação na legislação nacional.

O Secretário da CIRM concordou com a proposta, porém esclareceu que o Comandante da Marinha precisava estabelecer uma padronização interna para a MB. No entanto, ele não tem competência legal para ampliação da definição no nível nacional. Explicou que, para tal, seria necessário um decreto ou uma lei. O Comandante da Marinha sugeriu, formalmente, ao Ministro da Defesa a adoção do conceito nas publicações daquele Ministério. Participou, também, que, enquanto não se tem um instrumento legal de nível elevado, o assunto foi trazido à CIRM para discussão pelos órgãos representados, principalmente para avaliação daqueles que usam o termo em seus documentos.

O representante do MI argumentou que, no seu entendimento, quem tem competência para definir o assunto é o Comandante da Marinha, mesmo que não seja por lei.

A representante do MMA, Dra. ANA PAULA, parabenizou a iniciativa, ressaltando que essa conceituação é muito importante para o trabalho dos ministérios. É fundamental dar à sociedade o conhecimento de um conceito consolidado para a questão da AJB. Sugeriu, também, que o assunto se torne uma resolução da CIRM, aprovando o conceito, e que, posteriormente, transforme-se em um decreto, o que seria adequado a todos os Ministérios.

O representante do MEC, Professor MAIA NERY, comentou que este deverá ser o próximo passo, após a definição do conceito de AJB. Ressaltou que esta Comissão pode dar o respaldo necessário para uma futura Exposição de Motivos dos ministérios, a ser encaminhada para a Presidência da República.

O representante da Casa Civil, Dr. RODRIGO RODRIGUES, externou sua preocupação com relação ao aspecto de que uma resolução do Colegiado, referendando o entendimento da MB, não englobaria a Administração Pública como um todo, mas somente para os órgãos que compõem o Poder Executivo.

A representante do MCTI, Sra. JANICE, comparou o assunto com o ocorrido na definição de Zona Costeira Brasileira, ressaltando sua preocupação em evitar dupla interpretação sobre um entendimento tão importante para a AJB. Parabenizou e cumprimentou o Secretário da CIRM pela iniciativa de padronização do conceito, que permitirá convergir as legislações existentes. Participou, também, que a resolução é o produto final, mas existe um produto intermediário que é a avaliação jurídica dos Ministérios. Sugeriu que cada Ministério emitisse um Parecer e enviasse à Secretaria da CIRM para contribuir na confecção de uma Resolução.

O representante do MPA, Sr. LUIS SABANAY, relatou que o Ministério tem uma compreensão do conceito de AJB e proporá à Consultoria Jurídica do MPA uma interpretação do tema, a partir do conceito apresentado.

O Coordenador da CIRM ressaltou que o assunto deve ser avaliado pelos ministérios. Solicitou, também, que as sugestões sobre o conceito apresentado fossem encaminhadas para a SECIRM, a fim de ser preparada uma Resolução para aprovação na próxima Sessão, se for o caso.

8.3 – PPA 2012-2015

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra ao Secretário da CIRM.

O CALte MARCOS JOSÉ recordou que na última Sessão Ordinária da CIRM deliberou-se sobre a necessidade de envidar esforços para colocar o tema “Mar” no PPA, em posição de destaque, compatível com sua importância para o Brasil.

Sob a coordenação da Secretaria da CIRM, os órgãos integrantes deste Colegiado mobilizaram-se para atingir essa difícil meta, uma vez que a reformulação do PPA 2012–2015 encontrava-se em andamento. Houve, assim, um trabalho no nível político, de convencimento da importância de se dar o devido destaque ao tema Mar, Zona Costeira e Antártica no planejamento de alto nível de Governo, bem como um intenso trabalho técnico para aprontar o conteúdo da proposta. Esse esforço valeu a pena e foi bem sucedido.

Nesse sentido, o PPA 2012-2015 contemplará um novo Programa Temático sobre o Mar, a Zona Costeira e Antártica, fato inédito neste País, por envolver áreas estratégicas e imprescindíveis para o desenvolvimento da Nação e por congregar interesses de diversos Órgãos representados na CIRM. Esse Programa Temático permitirá a incorporação de uma nova dimensão territorial à atuação de políticas públicas nacionais, assim como evidenciará o caráter estratégico do Mar, da Zona Costeira e da Antártica. Será constituído por 8 objetivos que contemplam diversas ações do PSRM, LEPLAC, GI-GERCO e PROANTAR, com foco na pesquisa, desenvolvimento sustentável, preservação e gestão ambiental, monitoramento oceanográfico e climatológico, formação de recursos humanos e na mentalidade marítima, expressas em Iniciativas distribuídas pelos respectivos Objetivos.

Coube ressaltar a contribuição destacada de vários representantes dos Ministérios deste Colegiado e dos Comitês Executivos, que participaram ativamente na definição dos Objetivos, Iniciativas e Metas do Programa Temático, aos quais agradeceu.

Agradecimentos especiais foram feitos ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e Inovação, ALOIZIO MERCADANTE, à Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio

Ambiente, IZABELLA TEIXEIRA, e ao ex-Ministro de Estado da Defesa, Dr. NELSON JOBIM, pelo apoio político no processo de aprovação e consolidação do Programa. Releva, ainda, agradecer à Exma. Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, MIRIAM BELCHIOR, por ter reconhecido o pleito e autorizado a criação do novo Programa Temático proposto.

A representante do MMA, Dra. ANA PAULA, relatou que tem acompanhado o empenho feito pela SECIRM, ressaltando ser de fundamental importância ter um Programa Temático neste PPA e parabenizou a todos pelo esforço.

Em seguida, a representante do MCTI, Sra. JANICE, agradeceu à SECIRM e a todos os seus funcionários pelos trabalhos desenvolvidos ao longo de um mês, reconhecendo que não haveria melhor abrigo para as aspirações no âmbito do Mar, Zona Costeira e Antártica, que não fosse nesta Comissão Interministerial. Para o MCTI, é motivo de alegria que a CIRM tenha recebido bem este desafio, reafirmando ser o órgão líder desse processo. Com relação ao nome, a representante do MCTI justificou a necessidade de ressaltar a dimensão territorial abrangida pelo Programa Temático proposto. Decorrente deste entendimento foi proposto, na oficina realizada na SECIRM, que o programa se chamasse “Mar, Zona Costeira e Antártica”, tendo em vista que, no âmbito da oceanografia, as aspirações transcendem os limites da Amazônia Azul.

8.4 - Atualização do tema legislação sobre pesquisa científica em biotecnologia e registros de patentes

O Coordenador da CIRM concedeu a palavra à representante do MCTI, Sra. JANICE ROMAGUERA TROTTE DUHÁ, para apresentar o subitem 8.4 da agenda.

A Sra. JANICE passou a palavra ao membro titular do Ministério de Meio Ambiente, Dr. BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS, já que o assunto é tratado em conjunto com o MMA.

O Dr. BRAULIO fez um breve histórico para expor a atual situação da regulamentação do acesso ao recurso genético, para se fazer pesquisa, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico.

O ponto de partida é a Convenção de Biodiversidade Biológica, assinada na Rio-92, que estabelece dois importantes princípios: o reconhecimento da soberania nacional sobre os recursos biológicos e a obrigação de repartição de benefícios resultantes da exploração econômica de produtos ou processos oriundos do acesso aos produtos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados.

A Convenção entrou em vigor em dezembro de 1993 e o Congresso Nacional brasileiro a ratificou em fevereiro de 1994. Apenas em outubro de 2010, durante a Décima Conferência das

Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), ocorrida em Nagoya, no Japão, que se conseguiu concluir, depois de muitos anos de negociação, regras internacionais para regulamentar o acesso aos recursos genéticos e à repartição de benefícios, tendo sido aprovado a Decisão X/1 (Protocolo de Nagoya).

Esse Protocolo entrará em vigor assim que for ratificado por, pelo menos, 50 países membros. Hoje, mais de 40 países já assinaram o Protocolo e indicaram a intenção de ratificá-lo. O MRE, junto com o MMA, providenciou a tradução do Protocolo, e encaminhará o texto à Presidenta da República e ao Congresso Nacional, visando à ratificação. Mencionou a importância desse instrumento, afirmando que não basta ter regras nacionais, pois o assunto envolve atividade de pesquisa internacional e, sem regras internacionais, é bastante difícil trabalhar nessa área.

Vários países, inclusive o Brasil, definiram regras nacionais. Nosso País começou a discutir esse assunto em 1995, para a formulação do primeiro projeto de lei. O Governo instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial, no qual o representante do MMA participou, que funcionou de 1996 a 1998. Em 1998, o Executivo encaminhou ao Congresso um projeto de lei sobre o assunto, o qual não prosperou. No ano de 2000, o Executivo editou a Medida Provisória (MP) nº 2186, em vigor até hoje. A MP sofreu 16 reedições, depois se tornou permanente, até que o Congresso Nacional deliberasse sobre a questão. Entretanto, essa Medida Provisória, em função de todas as preocupações existentes na época com relação à biopirataria, estabelece regras de controle muito rígidas. Isso vem criando dificuldades para que o Brasil aproveite sua biodiversidade. O MMA recebeu reiteradas manifestações de instituições acadêmicas, da indústria e da agricultura, sobre a necessidade de revisão dessa MP.

Desde o Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, vem-se fazendo um grande esforço em tentar aprovar uma proposta de projeto de lei para substituir a referida MP. No entanto, não houve convergência de entendimentos dentro do Governo Federal. A Casa Civil possuía dois projetos de lei: um encaminhado pelo Ministério do Meio Ambiente; e outro proposto pelo Ministério da Agricultura. No final de 2010, a Casa Civil resolveu devolver as propostas, pedindo que o MMA desenvolvesse a questão e, quando houvesse entendimento, restituísse a matéria à Casa Civil.

No início deste ano, o MMA foi procurado pelo Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Dr. JORGE ÁVILA, com a preocupação de que o Instituto, por força de lei, estava sendo obrigado a devolver os processos de patentes pelo não cumprimento das regras citadas na MP. Explicou, ainda, que muitas instituições que procuraram o INPI para a obtenção de patente, não cumpriram as exigências da MP e estão em situação irregular. O INPI,

então, sentiu-se obrigado a devolver essas solicitações aos interessados para que recomeçassem todo o processo.

O INPI solicitou, em março passado, à Ministra do Meio Ambiente, IZABELLA TEIXEIRA, para que verificasse a possibilidade de uma solução mais rápida para a questão, por meio da revisão da MP 2186, sem a retomada das discussões de um novo projeto de lei, alegando que esta retomada seria um processo demorado.

A Ministra IZABELLA TEIXEIRA aceitou a ponderação do Presidente do INPI e efetuou um contato formal com alguns Ministérios usuários dos recursos genéticos, como o MCTI, o MAPA, o MS e o MDIC. Nesse sentido, desde abril, o MMA vem promovendo reuniões frequentes com os técnicos desses Ministérios para se tentar chegar ao entendimento sobre o que necessita ser alterado na MP, tendo essas discussões prosperado de forma bastante positiva. Basicamente, existem as seguintes linhas de alterações a serem discutidas:

1- A facilidade do acesso. Hoje, a autorização prévia do CGEN depende da obtenção de documentação específica, difícil de ser obtida. A ideia é substituir essa autorização prévia por um simples cadastro. Assim, para se ter acesso a recursos genéticos, com vista à pesquisa para bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, deverá apenas ser feito um cadastro. Serão mantidas as exigências das leis, tais como: autorização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para trabalhos em terras indígenas; autorização do Conselho de Defesa Nacional para trabalhos dentro de área de segurança nacional; e autorização do órgão de gestão ambiental para atividades em Unidades de Conservação ou com espécies ameaçadas de extinção.

2- Controle da partição de benefícios associada ao registro de produtos e processos. A comercialização de novos produtos ou processos, baseados na biodiversidade, só poderá ocorrer após a obtenção de um certificado de cumprimento da legislação de acesso aos recursos genéticos, junto ao CGEN. Esse procedimento vai simplificar o processo e permitir um controle efetivo do aproveitamento econômico da biodiversidade.

3- Simplificação do contrato e o uso dos fundos. A MP identifica a utilização do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Fundo Naval como mecanismos para recepcionar os pagamentos, a título de repartição de benefício.

Acredita-se que essas alterações destravarão a gestão do acesso aos recursos genéticos no País. A proposta da revisão não inclui, no entanto, alteração das regras para o conhecimento tradicional associado, mais complexo, e que exige uma consulta ampla à Sociedade.

No momento, a Ministra IZABELLA TEIXEIRA, após entendimentos com outros Ministros, encaminhou proposta de revisão da Medida Provisória, via Sistema de Geração e

Tramitação de Documentos (SIDOF), para que os MCTI, MDIC, MS e MAPA confirmem o consenso obtido.

Caberá à Presidenta da República a decisão sobre a questão: uma nova Medida Provisória, com efeito imediato, e noventa dias de prazo para o Congresso avaliar e aprovar; ou um projeto de lei, com tramitação em regime de urgência.

A revisão da MP não resolverá todos os aspectos necessários do marco legal, que terão de ser reavaliados com um futuro projeto de lei, mas seria uma solução, no curto prazo, de muitas questões que estão prejudicando os esforços de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no País.

A Dra. CLAUDIA REZENDE, representante da Consultoria Jurídica do MCTI, deu ciência ao plenário da CIRM de que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) antigamente emitia licenças exclusivamente para pesquisas científicas e hoje encontra-se credenciado, também, para autorizar atividade de pesquisa para bioprospecção e desenvolvimento tecnológico.

O Coordenador da CIRM perguntou ao Dr. BRAULIO se o que está previsto na proposta de revisão da MP preserva as regras de biopirataria e antibiopirataria.

O Dr. BRAULIO respondeu que a preocupação maior é zelar pela proteção e bom uso do patrimônio. Conceituou biopirataria como o acesso ilegal, com uso não autorizado do nosso patrimônio natural, que pode resultar em comercialização de novos produtos, como fármacos, cosméticos, alimentos, biocombustível etc. O IBAMA, no ano passado, intensificou suas ações e reativou uma unidade especializada no combate à biopirataria. Como resultado, emitiu uma série de notificações de penalidades para indústrias e instituições de pesquisa. Este ano, o IBAMA enviou questionários a várias indústrias instaladas no Brasil, para verificar a natureza de seus trabalhos e a necessidade de se adequarem à legislação.

Afirmou, também, que a revisão da MP objetiva simplificar o excesso de burocracia e facilitar a pesquisa e que, se não houver aproveitamento desse patrimônio, a Sociedade não vai se beneficiar dele. Não havendo pesquisa e desenvolvimento, não haverá novos produtos comercializados, nem repartição de benefícios. Por outro lado, precisa-se manter um controle firme para evitar as situações de biopirataria. A revisão está conciliando essas duas questões, que parecem contraditórias.

O Coordenador da CIRM fez menção ao Plano Nacional das Fronteiras, envolvendo o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa e o Ministério do Meio Ambiente, considerando-o bem elaborado. Em sua visita à região amazônica, por ocasião da Operação “Ágata”, com participação desses Ministérios, pôde, mais uma vez, constatar a realidade do contrabando da biodiversidade e a importância de medidas para combatê-lo.

Por fim, o Dr. BRAULIO lembrou que é essencial avançar na ratificação do Protocolo de Nagoya, para proteger o País da evasão de recursos genéticos.

9.0 - DATA DA PRÓXIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CIRM

O Coordenador da CIRM propôs que a próxima Sessão Ordinária da CIRM seja realizada no dia 29 de novembro de 2011, terça-feira.

10.0 – ENCERRAMENTO

O Coordenador da CIRM, antes encerrar a Sessão Ordinária, abriu a palavra aos membros da Comissão para algum comentário final.

O representante do MI, Comandante JACQUES SALOMON, perguntou ao Secretário da CIRM como será o encaminhamento do parecer de cada Ministério sobre a definição de AJB e se a SECIRM pretende enviar para cada representante o estudo que originou a definição.

O Secretário respondeu que o estudo foi feito no âmbito da MB e o que o resumo da posição da MB foi apresentado. A proposta é que cada órgão avalie a definição, que é abrangente e flexível. Para cada caso específico, ela deve ser limitada no próprio instrumento que regula a atividade no órgão. Os Ministérios que assim desejarem poderão mandar para a SECIRM as suas interpretações sobre o assunto. A ideia é propor à CIRM uma resolução, se for o caso, e sua publicação em Diário Oficial da União.

O Coordenador da CIRM reforçou que o procedimento será similar ao realizado por ocasião dos pedidos de pesquisas científicas em águas sobrejacentes à Plataforma Continental além das 200 milhas.

O Comandante JACQUES SALOMON acrescentou que haverá necessidade de levar o assunto à consultoria jurídica do MI.

O representante do MPA, Sr. LUIS SABANAY, alegou que entende a questão da Marinha em se preocupar com a interpretação dos ministérios e ressaltou que o texto apresentado pela MB serve como referência de interpretação. Considerou ser o primeiro passo para que, na próxima reunião, os ministérios proponham que o texto de referência sobre AJB possa se transformar em minuta de decreto ou lei.

O Coordenador da CIRM reafirmou que essa é a posição da MB. Caso os ministérios sejam favoráveis, será preparada uma Resolução da CIRM nos termos aqui apresentados.

A representante do MCTI, Sra. JANICE, enfatizou que, igualmente, haverá necessidade de levar o assunto à Consultoria Jurídica de sua pasta, para uma análise sobre a aceitabilidade e adequabilidade da proposta da MB, apresentando, posteriormente, parecer sobre o assunto.

O Coordenador da CIRM concordou com a posição da representante do MCTI.

O representante do MEC, Sr. MAIA NERY, comentou que cada representante deve fazer contato com as suas respectivas consultorias jurídicas e sugeriu que a SECIRM enviasse para os ministérios uma minuta de Resolução, para uniformizar a consulta.

O Coordenador da CIRM respondeu que, quando tiver respostas dos ministérios, será feita a Resolução.

O representante do MRE, Ministro PITALUGA, ressaltou a necessidade de um estudo, porque pode haver impactos políticos externos importantes em relação ao assunto. Lembrando da aprovação da Resolução nº 3/2010, comentou que o MRE recebeu ligações de um grande número de diplomatas de outras embaixadas solicitando esclarecimentos sobre a citada Resolução. Acrescentou que, seguramente, a Consultoria Jurídica do Itamaraty manifestar-se-á a respeito de uma possível Resolução, em razão desses possíveis impactos.

O representante do MEC, Sr. MAIA NERY, entregou um relatório sintético sobre as atividades do PPG-Mar. Apresentou, também, um esboço da prova do Livro “Estudos Oceanográficos: do Instrumental ao Prático, Resultados das Atividades dos Grupos de Trabalhos do PPG-Mar”, que está sendo elaborado, e será distribuído por ocasião do 4º EnCoGrad-Mar, e, futuramente, aos membros da CIRM.

Finalmente, o Coordenador da CIRM agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 178ª Sessão Ordinária da CIRM, convidando os presentes para o almoço.